

REVISTA
ÁFRICA[S]

E-ISSN 2446-7375
ISSN Impresso 2318-1990
Vol. 8 | Nº. 16 | Ano 2021

EDITORIAL

Comitê Editorial Executivo

Alexandre Antônio Timbane
Alyxandra Gomes Nunes
Detoubab Ndiaye
Ivaldo Marciano de F. Lima
Jacimara Vieira dos Santos
Pedro Acosta Leyva

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

EDITORIAL:

Certa vez estávamos, eu e o querido e genial Ndiaye Detoubab, dialogando sobre os contextos e aspectos alusivos aos Estudos Africanos no Brasil e em nossa instituição de ensino superior, no caso, a não menos querida e também profícua Universidade do Estado da Bahia, mais precisamente o campus II, localizado na idílica cidade de Alagoinhas. Discutíamos a respeito dos contextos e circunstâncias em que nos encontrávamos em relação aos colegas deste campus, assim como dos demais desta universidade. Também dialogávamos sobre o campo de estudos acima indicado, especialmente aquele situado no Brasil. Dentre outros aspectos, discorriamos sobre questões relacionadas ao senso comum em torno da África, e de como era comum ouvirmos as associações deste continente com os problemas alusivos à cor de pele e as práticas culturais ligadas ao que se convencionou nomear por afro-brasileiro. Tanto eu como Detoubab sabemos que a África é muito mais complexa do que as suas representações que permeiam o imaginário das pessoas no senso comum, e que, via de regra, reverbera também entre alguns colegas que estão no ensino superior.

Não é raro ouvirmos perguntas tais como “qual o orixá que se cultua no Quênia?”, ou “É verdade que ‘lá na África’ tem muita muriçoca?” Óbvio que estas Áfricas presentes no senso comum de boa parte dos brasileiros, assim como de quantidade considerável de nossos colegas do ensino superior, são decorrentes dos contextos que inventaram o continente africano, a partir de complexa trama de discursos e práticas. Não menos óbvio para nós é a compreensão de que os espaços se constituem a partir de tramas, enredos e circunstâncias numa complexa urdidura, e que responde pela invenção do que na atualidade é palco de naturalizações e, pasmem, anacronismos. Sim, prezado leitor e estimada leitora, a África é uma invenção e nem sempre existiu ou foi compreendida como tal, mas isto não vale apenas para este continente, mas também todos os espaços em que se encontram os seres humanos, a exemplo do país que habitamos, ou das suas regiões. O Brasil, assim como a Bahia nem sempre existiram e foram algum dia inventados...

Este contexto da “invenção” do continente africano, brilhantemente discutido por Appiah (1997) e Mudimbe (2013) podem nos servir como chaves interpretativas para identificarmos alguns dos problemas atualmente existentes no campo dos Estudos Africanos. O senso comum atribui, em certa medida, aspectos decorrentes do colonialismo, nomeando a África como “lugar” da selvageria e do atraso, bem como o palco da mais completa ausência de elementos civilizacionais. Também o faz nos aspectos alusivos à associação entre cor e raça, dotando o continente de uma condição de homogeneidade, como se todos fossem tributários de uma única identidade, ou de práticas e costumes culturais análogos. A África como sinônimo dos negros,

numa perspectiva racial, é também uma invenção, e que, conforme Appiah, remonta ao século XIX, mais precisamente aos pan-africanismos que se constituíram neste tempo histórico.

Narrativas presentes no senso comum, de que a África é sinônimo de escravidão, ou de seu oposto, qual seja, da luta contra esta instituição; ou de que o continente tenha sido dominado, colonizado por um período igual ou superior a cinco séculos não surgiram do nada, e são resultantes dos processos das muitas disputas pelas representações decorrentes deste contexto de invenção do continente, e das suas muitas ressignificações feitas pelos povos que o habitam. Ao certo temos, como certeza que une a maior parte dos seus estudiosos, de que a África é complexa o suficiente para não poder ser pensada no singular, e não por acaso, os Estudos Africanos se constituem em uma das muitas possibilidades de se compreender este continente de rara beleza, palco de inúmeras línguas, povos, hábitos, costumes, usos, tradições, mitos e experiências históricas. O continente africano é, desta forma, o principal elemento de análise daqueles que se agrupam nesta área do conhecimento, e que via de regra é costumeiramente confundida com a História da África, ou com os estudos afro-brasileiros, que em algum momento podem dispor de liames, mas não podem ser definidos como “a mesma coisa”.

Pensar África na atualidade é, de maneira invariável, estabelecer percursos metodológicos que possibilitem analisar e decifrar os complexos discursos que lhe tornam prisioneira de simplificações ou reduções toscas, que obstam sua compreensão e melhor tradução. Parafraseando Ki-Zerbo (2002), que se referiu aos absurdos conceituais produzidos pelo colonialismo para o continente africano, sob a metáfora de uma barragem de mitos, é fundamental na atualidade desmontar as estereotípias atribuídas à África, ao mesmo tempo em que se faz necessário compreendê-la para além das homogeneidades, sendo fundamental lhe restituir aquilo que sempre a definiu: a pluralidade e a universalidade. África não é um país, ou lugar, e tampouco dotada de uma homogeneidade, seja na cor de pele, tipo físico, raça (minha nossa, quando vamos enterrar este conceito criado pelo colonialismo?), cultura, mitos, práticas e costumes.

Pensar África, representá-la do modo mais próximo possível ao que de fato ela é, é remeter-se aos seus contextos plurais e infinitos, retirando-a do lugar enfadonho do único/singular que jamais lhe coube. África é ao mesmo tempo Omar Al-Mukhtar, líder beduíno (e herói nacional líbio) que moveu resistência tenaz aos italianos na primeira metade do século XX, como também é o nome de um querido historiador egípcio da contemporaneidade; é também o palco de Tinariwen, banda musical formada por tamacheques, povo que ainda hoje luta pela independência de seu estado nacional, Azawad... África é Dr. Mahfouz ag Adnane, nosso querido colega, historiador de formação e integrante do Grupo de Pesquisa África do Século XX, mas é também Dr. Patrício Batsikama, genial intelectual responsável por profícua e

não menos brilhante obra sobre o Reino do Congo, dentre outros inúmeros temas de pesquisa. África é Dr. Timbane, docente da UNILAB, como também é Yuri Agostinho, historiador angolano e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. África é Juvinal e Virgínio da Guiné Bissau, Euclides e Serrote, da querida Angola, Manoel Cochole, Victor Simões e Langa, de Moçambique... São tantas Áfricas...

Mas, no fundamental, África é um continente formado por cinquenta e quatro países, cinquenta e cinco se incluirmos Saara Ocidental, que sofre ocupação do Marrocos desde os anos 1970. África é, portanto, muito mais complexa do que os reducionismos que lhe atribuem no senso comum. E foi pensando nisto, nestes contextos de extrema necessidade em reconhecer a pluralidade do continente africano, que nós do Grupo de Pesquisa África do Século XX optamos por organizar eventos científicos que primassem pela difusão das pesquisas existentes em alguns dos seus países.

Este número de África(s), com nove artigos científicos pertencente a áreas diversas do conhecimento, é resultante de algumas das apresentações do I Encontro Internacional dos Estudos sobre Moçambique, que ocorreu em modo remoto entre os dias 23 a 25 de junho de 2021, e teve como principal organizador o Dr. Alexandre Timbane, docente da UNILAB, campus dos Malês, e também um dos integrantes do Grupo de Pesquisa África do Século XX. Não por acaso, este evento reuniu especialistas moçambicanos e de outros países para dialogar sobre pesquisas diversas e em diferentes áreas, e o leitor e a leitora poderá conferir parte desta diversidade no teor dos artigos, que versam sobre questões alusivas ao sistema de segurança moçambicano, ao seu sistema de ensino superior, ou das relações entre língua e o direito deste país, além de outras reflexões que foram trazidas por ilustres referências nascidas (ou não) neste país localizado na costa índica do continente africano.

O primeiro artigo deste número, intitulado **“Estratégias de formação para ensinar o significado da independência às novas gerações em Moçambique: uma abordagem baseada em políticas públicas sustentáveis de gestão em escolas para o século XXI”**, de autoria de **Alberto Bive Domingos**, discute a importância da independência enquanto evento formador da nacionalidade moçambicana, e de como este deveria ser melhor aproveitado no sistema de ensino do país, de modo a constituir-se em reforço nos âmbitos da identidade e história dos moçambicanos.

O segundo artigo, **“Percepção dos gestores de garantia da qualidade sobre apropriação de evidências após acreditação de cursos nas instituições de ensino superior”**, de autoria de **Verónica Sibinde Mpanda e Adérito Gomes Barbosa**, traz uma análise sobre os processos de verificação dos cursos de nível superior, e das relações destes com a melhoria da qualidade do ensino no país.

Fernando Rafael Chongo é o autor do terceiro artigo deste número, que tem como título **“Ensino híbrido e qualidade de aprendizagem no ensino superior em Moçambique: estudo de caso”**. O artigo discute os aspectos relacionados ao ensino em modo remoto no nível superior, adotados por ocasião da Covid 19 no contexto pandêmico enfrentado pela humanidade em passado recente. Aqui se ressalte o fato destes três artigos, a despeito de suas diferenças, terem profícuo diálogo sobre o sistema de ensino moçambicano, em perspectiva interdisciplinar.

Bernardino Essau Bilério é o autor do quarto artigo deste número, que tem como título **“Descentralização e consolidação da democracia em Moçambique: avanços e recuos”**. Pautado em significativa revisão bibliográfica, o autor analisa questões em torno das mudanças sofridas pelo país no que concerne aos aspectos referentes à política e aos contextos vividos pelos moçambicanos após a debacle do campo socialista e do conseqüente fim da bipolaridade vivida pelo mundo de então.

Ainda sobre Moçambique, **Henrique Francisco Litsure** analisa as questões existentes entre a independência e a identidade do país. No artigo **“A independência e o processo da definição da identidade moçambicana”**, o autor discute os aspectos da invenção do país e dos modos como a luta pela independência foram responsáveis pela modelagem de uma nova identidade. Aqui se faz necessário ressaltar as minudências que marcam o país, e de como este traz consigo as marcas de uma pluralidade que foi tratada como problema e entrave para a implantação do Estado.

O sexto artigo deste número, de autoria de André Artur D. Tchipaco, intitulado **“O papel das ciências da natureza na formação da concepção científica do mundo”**, analisa o ensino das Ciências da Natureza na educação básica, e discute os modos como este pode reverberar na produção de consciências cidadãs entre os discentes, ao mesmo tempo em que pode contribuir na melhoria da compreensão do fazer científico nos mesmos.

Ainda sobre Moçambique, mas agora em outro contexto, **Francisco Marrumbine Novela**, no artigo intitulado **“Segurança pública em África: os passos de Moçambique rumo a um modelo de policiamento peiliano”** estabelece as bases de um debate sobre os modos como a Segurança Pública deste país deve existir e funcionar. A partir da análise de um modelo inglês, o autor discute as especificidades do processo da implantação da segurança pública, e das relações desta com outros países do continente. Eis um assunto espinhoso, árido, e que pouco ou quase nunca é objeto de reflexão por parte dos pesquisadores dos Estudos Africanos.

Saindo das esferas da segurança pública, e adentrando na não menos espinhosa seara das línguas e de como estas corroboram com a produção de identidades, **Alexandre António Timbane** e **Pansau Tamba**, no artigo intitulado **“O papel da língua na interpretação das culturas em África”** mostram como provérbios, ditos e dizeres constituem marcas e inscrições

culturais nas línguas. Os autores encetam excelente discussão e sugerem forte crítica para com as políticas relacionadas às línguas do contexto pós independência, indicando a urgente e necessária reflexão sobre algo que ainda hoje carece de decisões. Afinal de contas, qual o problema em se reconhecer e tornar oficiais as inúmeras línguas faladas nos muitos países africanos?

Por fim, encerrando este número, **Jeremias Arone Donane**, no artigo intitulado “**A língua e acesso à justiça em Moçambique: uma aproximação indispensável**” analisa as dificuldades existentes no contexto em que homens e mulheres, nem sempre falantes do português, encontram ao se deparar com uma justiça que produz documentos e repertórios numa língua diferente daquela falada e compreendida pelos mesmos. O autor em questão, em perfeita sintonia com o artigo anterior, apresenta as searas de algo ainda hoje não bem resolvido, e que reside na adoção do português como língua oficial para os países que outrora sofreram o domínio colonial de Portugal.

Ao leitor e a leitora que nos acompanhou até aqui, desejamos que faça bom uso destas páginas, e que elas se constituam em mais um tijolinho neste processo de construção de outra representação para o continente africano, em que prevaleça a diferença e a pluralidade como marcas fundamentais para a compreensão de povos, países e culturas impossíveis de serem definidas por conceitos homogeneizadores. Sem cair em armadilhas identitárias, sem reforçar estereótipos advindos do colonialismo, África é muito mais do que suas simplificações redutoras, eis o que estas páginas nos faz pensar e compreender. E que a felicidade e o sorriso estejam presentes ao longo da leitura destas linhas.

Ivaldo Marciano de França Lima – editor geral.

Referências citadas:

MUDIMBE, V. Y. **A Invenção de África. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento.** Mangualde: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Vol. I.** Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.